



60

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 333126-6 (0003968-05.2014.8.17.0000)**

**COMARCA:**

**RECIFE**

**VARA:**

**7ª Vara Criminal**

**IMPETRANTE(S):**

**WILBERTO PAIM DOS REIS JÚNIOR.**

**PACIENTE:**

**MARIA ILDELITA DUCA ANDRADE**

**ÓRGÃO JULGADOR:**

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**RELATOR:**

**DES. ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA**

**RELATOR SUBSTITUTO: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**PROCURADORA:**


**DRA. JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA**

EMENTA: PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PACIENTE DENUNCIADA PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NOS ARTIGOS 306 §2º, DA LEI 9.503/97 E ARTIGO 32 DO CÓDIGO PENAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL SOB O ARGUMENTO DE FALTA DE JUSTA CAUSA. ORDEM DENEGADA. I. O trancamento da ação penal somente se justifica quando, da mera exposição dos fatos narrados, o Juiz pode constatar que inexistente qualquer elemento indiciário demonstrativo da autoria do delito denunciado. Não se comprovando de plano a ilegalidade, não há como acolher o pleito, visto que o habeas corpus não demanda dilação probatória. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº **333126-6**, da 7ª Vara Criminal da Capital-PE, em que figura como paciente **Maria Ildelita Duca Andrade** e autoridade coatora o Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Capital, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 28/05/2014, **à unanimidade de votos**, em **denegar a ordem**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
Relator Substituto



61

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 333126-6 (0003968-05.2014.8.17.0000)**

**COMARCA:** RECIFE  
**VARA:** 7ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE(S):** WILBERTO PAIM DOS REIS JÚNIOR.  
**PACIENTE:** MARIA ILDELITA DUCA ANDRADE  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA  
**RELATOR SUBSTITUTO:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA

### **RELATÓRIO**

Trata-se de ordem de *habeas corpus* para fins de trancamento de ação penal, em favor de **Maria Ildelita Duca Andrade**, a qual foi denunciada como incurso nas penas dos arts. 306, § 2º, da Lei 9.503/97 e 329, do Código Penal, autos de processo nº 0076667-25.2013. 17.0001. A autoridade coatora apontada é o Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Capital-PE.

Narra a inicial que "*por ocasião de ronda procedida em 2013, a Denunciada foi abordada por, supostamente, encontrar-se "sob influência de substância psicoativa, por aparentar concentração de álcool por litro de sangue, conforme descrito no Auto e Apreensão e Boletim de Ocorrência"*."

O impetrante afirma "*que o ato coator é a própria marca da Ação Penal quanto à tipificação do art. 306, §2º do CTB, uma vez que inexistente requisito elementar para o seu prosseguimento, mais especificamente tipicidade da conduta.*"

Além da atipicidade da conduta, o impetrante alega a inexistência de prova de influência de álcool, uma vez que afirma não restar comprovada por nenhuma das formas a existência do fato.

Por último, afirmando a ausência de prova da existência do fato, pugna pela concessão da ordem para trancar a Ação Penal de nº 0076667-25.2013. 17.0001 no referente à tipificação do art. 306, §2º do CTB.

O feito veio instruído com a procuração (fl.09); cópia da denúncia (fls. 10/13); auto de prisão em flagrante delito (fls. 14/21); decisão e certidão



62

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

(fls. 23/24); ciência do flagrante (fl. 26); recebimento da denúncia (fl. 28) mandado de citação (fl. 29)

Não houve pedido liminar, momento em que foi determinada a expedição de ofício à autoridade indicada como coatora, a fim de prestar informações. (fl. 36/37)

Informações da Autoridade Coatora às fls.44, a qual juntou cópia da denúncia de fl. 45/48.

Nesta instância, o Exmo. Sr. Procurador de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls.52/56).

É o relatório.

Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
Relator Substituto



63

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 333126-6 (0003968-05.2014.8.17.0000)**

**COMARCA:** RECIFE  
**VARA:** 7ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE(S):** WILBERTO PAIM DOS REIS JÚNIOR.  
**PACIENTE:** MARIA ILDELITA DUCA ANDRADE  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA  
**RELATOR SUBSTITUTO:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA

**VOTO**

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço da impetração.

A paciente, **Maria Ildelita Duca Andrade**, foi denunciada por suposta prática descrita nos artigos 306, §2º da Lei nº 9.503/97 e artigo 329 do Código Penal Brasileiro.

O impetrante pretende obter o trancamento da ação penal, por ausência de justa causa, em virtude da atipicidade da conduta supostamente praticada pela ora paciente. Aduz não existir nos autos elementos a comprovar a materialidade, tampouco a autoria, bem assim de não existir prova de alcoolemia.

Compulsando os autos, verifica-se que os policiais receberam informações de que um veículo tipo celta estava a fazer manobras perigosas, fazendo crer que a pessoa que o conduzia estava embriagada. Após abordagem da paciente, esta se negou a fazer o teste do bafômetro, tendo destrutado os policiais, sendo conduzida à delegacia. (fl.11)

Assim sendo, narra a denúncia que:

*"(...) Na tarde do dia 14 de setembro de 2013, por volta das 15h30, em via pública, na Av. Don João VI, por trás do*

*ex.*



64

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419-3742 (fax)

*shopping Recife, nesta cidade, policiais militares abordaram um veículo do tipo Celta, placa KJQ 1774, conduzido pela denunciada **MARIA ILDELITA DUCA ANDRADE**, que encontrava-se sob a influência de substância psicoativa, pois aparentava concentração de álcool, por litro de sangue, conforme descrito no Auto de Prisão em Flagrante Delito fls. 02, termo de depoimentos de fls. 03/05; Auto de Infração de fls. 18, Auto Circunstanciado de fls. 19, Boletins de Ocorrência nº 007.0224/2013 de fls. 10, Auto de Resistência de fls. 20. Narra a peça informativa, que os policiais receberam informações de populares, que um veículo do tipo celta, realizava manobras perigosas naquela localidade, aparentando estar embriagado, decidiram abordar a condutora do veículo e convidaram a denunciada a submeter-se ao teste do "bafômetro", orientando-a acerca da Lei 11. 705/08. A denunciada negou-se a realizar o exame, passando a destratar os policiais com agressões e palavras de baixo calão, sendo necessária sua condução à delegacia de plantão, consoante auto de resistência de fls. 20. Detectou-se que os sinais de embriaguez apresentados pela denunciada eram visíveis, possuía hálito com odor etílico acima do limite tolerado pela legislação de trânsito brasileira, vestes desarrumadas e falta de coordenação motora e, em seguida foi autuada administrativamente. (fls. 10/13)*

Consoante acima descrito, a conduta da paciente está em total consonância com os dispostos nos artigos 306, §2º da Lei 9.503/97 e artigo 329 do CP, a qual deu margem à acusação.

Colhe-se, portanto, que os fatos têm inequívoca configuração típica – 306, §2º da Lei 9.503/97 e artigo 329 do CP, na medida em que, de forma específica, constando a descrição do fato criminoso, com todas suas circunstâncias, a denúncia vem trazendo prova da materialidade e indícios de autoria, acompanhada do inquérito policial.

Se a denúncia descreve fato típico, revelando a existência, ao menos em abstrato, de conduta delituosa, e existindo elementos que fundamentem a existência do delito, bem como indícios da autoria, impossível se falar em trancamento da ação.



65

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Com efeito, preenchidos se encontram os pressupostos para recebimento da denúncia: prova da materialidade e indícios da autoria.

Outrossim, a existência do crime ou de circunstância que exclua ou isente o réu de pena, ou ainda, desclassifique o tipo, é matéria a ser apreciada pelo juiz sumariante, após encerrada a instrução, durante a qual acusação e defesa terão oportunidade de produzir as provas que entenderem melhor.

Nesse momento, deve-se reservar à Justiça Pública a oportunidade processual de poder completar a prova que sustentou a peça exordial, pois não se pode trancar a ação penal a pretexto de não estar provado o que o Ministério Público se propôs a provar durante a instrução.

Ademais, o *habeas corpus* não serve para obstaculizar a ação do Ministério Público, no sentido de impedi-lo de comprovar aquilo a que se propôs na exordial acusatória, antecipando a análise qualitativa da prova; logo, **o trancamento da ação penal, por ausência de justa causa é medida excepcional, só admitido quando a mera exposição dos fatos evidencia ilegalidade, ou quando se imputa ao paciente fato atípico, ou ainda ausente qualquer fundamento no inquérito para embasar a acusação, não sendo, qualquer destes, evidentemente, o caso dos autos.**

Em síntese, a matéria relativa à prova da autoria, pela complexidade, escapa aos restritos limites do *writ*, que não se presta à discussão acerca do elenco probatório, não sendo meio próprio a antecipar julgamento de mérito.

A exordial criticada na impetração se mostra uma peça eficiente, possibilitando o juízo de admissibilidade da denúncia, haja vista que preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal.

O Superior Tribunal de Justiça, a respeito, assentou:

**"Não é inepta a denúncia que, além de oferecer condições plenas para o exercício de defesa, descreve fatos que, em tese, apresentam a feição do crime previsto no art. 302, caput, da Lei 9503/97 e oferece condições plenas para o exercício de defesa. Para o reconhecimento da ocorrência**



66

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419-3742 (fax)

ou não da culpa da paciente, pela ocorrência de sinistro de trânsito, do qual resultou na morte de um motociclista é necessário o exame de questões de fato controvertidas, o que situa o tema fora do alcance do habeas-corpus, cujo rito não comporta dilação probatória. **Habeas-corpus denegado.**” (STJ - HC 13891 - SP - 6ª T. - Rel. Min. Vicente Leal - DJU 04.12.2000 - p. 00110) JCTB.302

Significa isso dizer que só se admite o trancamento da ação penal, através do *habeas corpus*, em casos excepcionais, em que a falta de justa causa exsurja desde logo cristalina.

*In casu*, o recebimento da denúncia e posterior prosseguimento da ação não caracterizam constrangimento ilegal, vez que os fatos narrados são revestidos, a princípio, de ilicitude penal, afastando a tese da ausência de justa causa para a ação penal, que, para ser reconhecida na estreita via do *writ* deve estar cristalina.

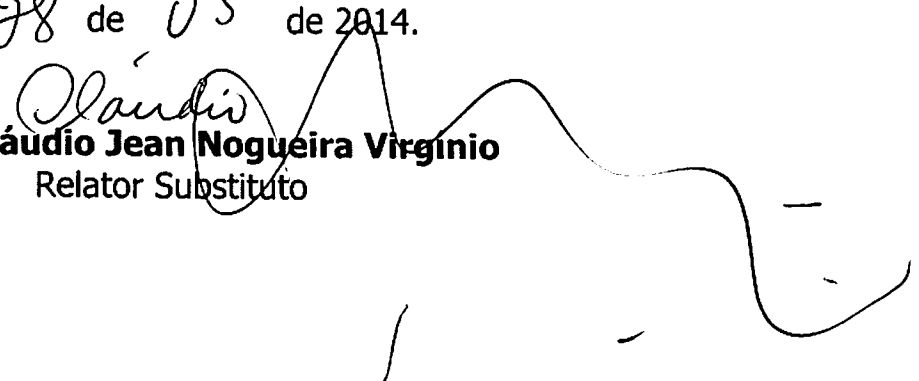
Assim, é de se constatar que com a existência de lastro probatório mínimo, e, mais, constituindo o fato narrado na denúncia, em tese, infração penal, não há que se falar em trancamento da ação penal.

Repita-se, desta feita, que **a denúncia descreve minuciosamente o fato e a conduta da ora infratora sem prejudicar seu exercício da ampla defesa.** Há nos autos fortes indícios de autoria e materialidade delitivas, não se vislumbrando qualquer ilegalidade na peça inquisitorial, presente justa causa para a deflagração da ação penal.

Desta feita, anuindo com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio**  
Relator Substituto